

Disputa atropela acordo e regimentos

O deputado Paes de Andrade (PMDB-CE) e o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) ainda dispõem de quase cinco meses de mandato nas presidências da Câmara e do Senado, mas a corrida sucessória aos dois cargos já começou. Além da direção das duas Casas Legislativas, as vagas de Paes e Carneiro equivalem ainda a posições de destaque na cadeia de sucessão à Presidência da República: respectivamente o terceiro e o quarto lugares.

A disputa que já se arma nos bastidores do Congresso envolve candidatos de diferentes partidos e atropela dispositivos restritivos dos regimentos internos e da própria Constituição. Pelos artigos 58, 8 e 60, respectivamente da Carta Magna e dos regulamentos da Câmara e do Senado, será observada a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares na composição das Mesas. As presidências caberiam, assim, ou à maior bancada individual ou ao bloco majoritário em cada uma das Casas.

É por esta segunda via que movimentam-se candidatos de pequenos partidos, ensaiam-se fusões partidárias e procura-se identificar o tamanho real da bancada governista no Congresso. Não é outra a causa, ainda, dos movimentos de certos parlamentares a favor da antecipação da reforma constitucional e do plebiscito sobre regime de go-

verno — vingando a idéia, os próximos presidentes do Legislativo serão superpoderosos.

O Palácio do Planalto também tem interesse em fazer o presidente do Senado, especialmente após a constatação de que aquela Casa representa instrumento útil para neutralizar arroubos oposicionistas da Câmara. Foi o que aconteceu, por exemplo, na votação do veto ao projeto de política salarial, restabelecido pelos senadores depois de ser rejeitado pelos deputados. E mais: é o presidente do Senado quem preside o Congresso.

As articulações do Governo em torno da presidência da Casa ainda não estão muito claras, inclusive porque o candidato peemedebista Mauro Benevides — considerado um político moderado — não representa ameaça maior para o Planalto. Na semana passada, por exemplo, Benevides era um dos que tentavam convocar sessão especial para votar a revisão orçamentária pretendida pela equipe econômica, mesmo depois de constatar que não haveria quórum para a votação de interesse das oposições — a da Medida Provisória 211.

Em que pese a “moderação” do senador cearense, não têm passado despercebidas a observadores do Senado as articulações discretas em torno de uma eventual candidatura do senador Jarbas Passarinho (PA), do PDS

(bancada de apenas dois membros). Cotado para líder do Governo na Casa, Passarinho contaria com o apoio decidido do Planalto e de colegas distribuídos em diferentes legendas.

Passarinho não seria a única alternativa do Governo. O senador Marco Maciel já foi procurado por um ministro que desejava sondá-lo a respeito de uma eventual candidatura sua, apoiado pelo bloco fiel a Collor. Seria, disse-lhe o ministro, uma “candidatura de combate”, prevista não apenas para o caso de seu PFL tornar-se o maior partido — o que é matematicamente improvável — mas também e principalmente para uma hipótese de confronto. Antigo pessedista, Maciel não deu qualquer resposta, ouvindo calado.

Mesmo dentro do PMDB há outras candidaturas, ainda que Mauro Benevides seja o franco favorito. Há quem defenda os nomes de Márcio Lacerda, de Humberto Lucena, de Ronan Tito e de João Calmon, para citar apenas alguns. Caso se decida partir para um confronto, porém, considera-se improvável que algum dos peemedebistas se disponha a desrespeitar a decisão que a bancada tomar. Votar com o Governo — o voto é secreto — pode até ser, mas desafiar a bancada com sua própria candidatura é mais difícil no Senado que na Câmara.